

## DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* DE MANUEL JACINTO NUNES

25 de Maio de 2002

ELOGIO DO CANDIDATO: Manuel Jacinto Nunes

*João Sousa Andrade*

Magnífico Reitor

Exmas. Autoridades

Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Economia

Caros Colegas e Estudantes

Senhoras e Senhores

A reunião na Biblioteca Joanina, local de privilégio do mundo universitário, para nos dirigirmos para esta Sala dos Actos, honra de forma ímpar esta nossa tradição multissecular de reconhecimento da sabedoria.

Ao fim de setecentos anos, o mérito individual dos doutorados e a história da Universidade de Coimbra deixaram marcas nesta cerimónia, que constitui uma das manifestações da Alma Mater Conimbrigensis. Este acto toca sempre, de forma profunda, os que nele participam, ou simplesmente assistem.

A nossa presença nesta sala é um gesto de demonstração de como, colectivamente, nos sentimos satisfeitos, e felizes, por alguém que ao distinguir-se na ciência e no seu fecundo uso, venha solicitar à Universidade de Coimbra que o receba entre os seus Doutores. E como não devemos sentirmo-nos honrados quando tal pedido é feito pelo Doutor Manuel Jacinto Nunes.

A tradição diz-nos que no pedido das insígnias doutorais "O que orar em primeiro lugar, relatará mais largamente os louvores e merecimentos do Doutorando". O seu contributo ao saber, o seu espírito de missão, ao serviço do País e da Universidade, para além das responsabilidades assumidas, de forma quase ininterrupta, em instituições nacionais e internacionais, fizeram de Jacinto Nunes um economista que honra a U. de Coimbra pela colaboração que desde sempre lhe prestou. Tem mantido ao longo da sua vida uma relação muito estreita entre a sua carreira académica e o exercício de cargos públicos. A profundidade, a largueza e a dimensão da sua obra tornam difícil a tarefa da sua apologia. A adjectivação pode tornar-se penosa, sobretudo para quem é economista e professa um espírito de síntese como Jacinto Nunes. De muito não poderei falar.

Nasce em 1926. Licencia-se em 1948 no ISCEF, onde vai continuar como Assistente. Foi protagonista activo da reforma curricular de 1949, promovida por António Manuel Pinto Barbosa, que foi classificada como "um decisivo contributo para o avanço dos estudos económicos em Portugal". Muito estava então por fazer, e Jacinto Nunes também lança mãos à obra. Os

objectivos pedagógicos têm a primazia. No estudo de 1950, *Rendimento Nacional*, que um colega designou pelo seu "baptismo académico", a sua preocupação são os agregados macroeconómicos e a sua formação. A primeira lição estava dada: não poderíamos ter política macroeconómica em Portugal sem medições do rendimento nacional. Os seus primeiros textos sensibilizam para a importância de elementos de natureza quantitativa que permitam estudos empíricos sobre a economia portuguesa, nos quais se deve fundamentar a política económica (1953). Ao mesmo tempo estuda a procura global no sentido keynesiano (1953) e com Francisco Pereira de Moura a procura individual (1954). Ainda com Pereira de Moura e com Luís Teixeira Pinto apresenta o estudo pioneiro e ainda actual, pela sua metodologia, *Estrutura da Economia Portuguesa* (1954). O estudo foi dividido em três partes, agricultura, indústria e comércio externo, porque do comércio externo depende o ritmo e a forma da industrialização. Opinião que vem a ser desenvolvida nos anos 70 e 80 na literatura do export-led growth. Provou neste estudo descritivo como a teoria e os elementos estatísticos são indissociáveis. Os estudos que se seguem (1955; 1956) constituem uma orientação precisa para o tema da sua Tese de Doutoramento (*Rendimento Nacional e Equilíbrio Orçamental*, 1956), que defenderá em 1957, obtendo a classificação de 19 valores. Onde o tema central é a resposta à pergunta: de acordo com a teoria keynesiana será possível manter o equilíbrio orçamental fazendo uma política expansionista? A tendência Keynesiana que valoriza a política orçamental vai encontrar neste académico, também ligado às questões monetárias, um expoente de competência deste lado do Atlântico. É assim, que depois de ser responsável no ISCEF pela docência de matérias de crescimento económico, vai apresentar a sua dissertação para professor extraordinário na área das finanças públicas e crescimento, dando desta forma o seu contributo ao alargamento temporal da análise keynesiana e pondo a teoria ao serviço do que eram as necessidades dos países que desejavam organizar o seu crescimento mais rapidamente (1961). A sua actividade até 1963, ano em que é aprovado em concurso para Professor Catedrático, centra-se na política orçamental.

Da publicação do estudo *Rendimento Nacional* (em 1950) ao estudo a publicar em homenagem a Teixeira Ribeiro (amigo, que no espaço privilegiado da memória e da história desta Sala de Actos se sente uma duradoura herança e não uma irremediável ausência), contam-se 82 publicações. Procurarei dar conta da sua obra, pós doutoramento, referindo-me apenas a alguns temas que me parecem recorrentes. Mas antes falarei da sua carreira profissional.

Obtém a licenciatura, e de imediato, como técnico do Ministério da Economia, até 1951, teve a seu cargo negociações que marcaram o mundo do Séc. XX: Plano Marshall; desarmamento aduaneiro; adesão à Carta de Havana; e ainda vários acordos bilaterais.

De 1955 a 1959 é Subsecretário de Estado do Tesouro, tendo suspenso funções para arguir a sua tese de doutoramento. De 1959 a 1965 representa Portugal no Comité de Política Económica da OECE. Participa nas

negociações para a nossa adesão ao FMI. Negoceia o primeiro empréstimo externo do pós Guerra (1961) e preside à Comissão que negoceia o financiamento da Ponte sobre o Tejo (1961-2). Mais tarde, 1972-3, preside também à Comissão que negoceia o financiamento de Cabora Bassa. Foi Vogal do Conselho Ultramarino durante 15 anos, Procurador à Câmara Corporativa durante 13 anos, Vogal do Conselho Superior de Fomento Administrativo durante 8 anos, e foi Presidente do Conselho Nacional de Preços e Rendimentos em 1976 e 1977. Preside de 1976 a 1980 ao Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos.

Em 1960 é nomeado Vice-governador do Banco de Portugal. Funções que exerceu até Julho de 1974. Em 1964 e 1965 exerceu as funções de governador interino. De Julho de 1974 a Maio de 1975 foi Governador do Banco de Portugal. Voltaria de novo a ser Governador do Banco de 1980 a 1985. Foi Governador por parte de Portugal no FMI de 1960 a 1975 e de 1980 a 1985, 21 anos, e no Banco Mundial de 1978 a 1979.

Foi Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e a Integração Europeia e Ministro das Finanças e do Plano no IV Governo Constitucional em 1978 e 1979.

Foi co-autor com o Eng<sup>o</sup> Nobre da Costa do projecto da Siderurgia Nacional em 1955. Presidente da Câmara de Comércio Luso-Britânica de 1974 a 1983, Presidente do Conselho de Administração da Alcântara de 1985 a 1991. Presidente da Fiseco de 1989 a 1992, e mantém as suas actividades de Vogal da Comissão Revisora de Contas da FCG, desde 1979, de Presidente da Assembleia Geral do Montepio Geral, desde 1986, Presidente do Conselho Directivo da FLAD, desde 1988 e ainda Vogal do Conselho Editorial da FCG, desde 1995.

Foi director do ISCEF entre 1968 e 1970. E a reforma para a qual ele havia contribuído continuará a interessá-lo (1965). Desde 1971 foram múltiplas as tarefas que lhe foram confiadas no domínio do ensino superior. Foi também Professor do IST e do Instituto de Altos Estudos Militares.

Desempenhou um importante papel na génese da Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, sendo consultor principal desta colecção.

Jacinto Nunes levou a economia, e na forma da mais elevada competência, à Academia das Ciências de Lisboa, da qual é sócio efectivo, tendo sido seu Presidente durante 6 anos e Presidente da sua Classe de Letras durante 11 anos.

Foi agraciado, em Espanha, em França, em Inglaterra, duas vezes no Brasil e várias vezes em Portugal, de onde apenas refiro a condecoração de Grande Oficial da Ordem de Cristo e a Grã-Cruz da Ordem do Infante.

Como sugeri acima, da sua obra reterei apenas o seu interesse pelo desenvolvimento económico, pensamento keynesiano e metodologia económica. Jacinto Nunes é o inverso de um autor dogmático, não esconde

as suas preferências, não como um acto de fé, mas antes um acto de espírito racionalista.

O seu entusiasmo pelo desenvolvimento começa cedo, em 1961, nas suas provas para Professor Extraordinário. Nesse trabalho propõe um modelo de crescimento à Harrod-Domar com a presença do Sector Público. A política orçamental tem assim uma componente de crescimento para além da de estabilização conjuntural. O seu interesse pelo desenvolvimento irá continuar e reflecte o que pensa serem os deveres da economia e a sua sensibilidade à situação portuguesa. Quanto aos primeiros pergunta Jacinto Nunes, que tem a economia a dizer dos problemas que defrontamos, das misérias e dos sucessos ? Não esquecendo que os aspectos culturais, históricos, institucionais e políticos devem fazer parte da reflexão do economista. Aliás, a sua afirmação feita há 30 anos, de que "os economistas que só sabem economia, são uns pobres economistas" não é reveladora ? A economia deve fazer parte da nossa luta contra a pobreza e a ignorância e ajudar-nos no uso das liberdades civis e políticas e numa distribuição mais equitativa da riqueza. Não tendo o economista o direito de ignorar que o "triunfo da razão sobre a tradição e os sentimentos, podem ter efeitos altamente negativos". Várias vezes alertou para o reconhecimento das diferenças de comportamento civilizacionais.

Procura fazer justiça a essa personalidade tão marcante da política norte-americana e mundial que foi MacNamara. Infelizmente, apesar de serem vários os decénios do desenvolvimento, o problema tendeu a gerar confrontos de natureza política que dificultaram o diálogo - já há algum tempo designado de diálogo norte-sul -. Em 1985, vinte anos depois da conferência junto dos estudantes da Associação Académica do ISCEF e 30 anos depois da Conferência de Bandung, vem lembrar-nos os antecedentes do que se passou a designar por Nova Ordem Económica Internacional. Que foi feito dos 10 princípios ali acordados ? O tema dos Encontros Internacionais de Genebra de 1963 foi "Diálogo ou Violência". Este tema impressiona-nos particularmente hoje. Mas ainda que momentaneamente o som das bombas e das metralhadoras abafe o desejo de diálogo, mais cedo ou mais tarde ele regressará e nessa altura os egoísmos e os recalcamientos terão de ser vencidos e conquistada a Paz. Como nos lembra, um dos obstáculos que apontava Perroux era a nossa "incapacidade de imaginar um futuro colectivo diferente do passado recente". Por um lado, o olhar reflectido sobre o passado, uma cultura invulgar e uma capacidade de permanente adaptação dos seus profundos conhecimentos de economia, a um mundo em permanente mutação e, por outro, o aperfeiçoamento das metodologias próprias do economista, são atributos que nos levam a ler Jacinto Nunes com a vontade de quem não quer que termine aquilo que nos conta.

É certo que o desenvolvimento sempre esteve nas suas preferências. E por isso sabe que o crescimento é um fenómeno lento, mas se pararmos mais lento se torna, maiores serão as desigualdades e os justos descontentes em maior número. A propriedade que não ganham as suas palavras escritas há quase 20 anos, "será possível manter em convivência pacífica biliões de

homens mal alimentados, mal agasalhados, sem qualquer conforto que pode proporcionar a civilização moderna, face a algumas centenas de milhões de homens, bem nutridos, que quase não sentem as variações de temperaturas sazonais, que fazem férias nos seus países ou no estrangeiro, vão a exposições, teatros e cinemas ?" Mas apesar de alguns progressos a que levou o Relatório Brandt, materializando uma ideia, ainda, de MacNamara, as diferentes Assembleias das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento têm vindo a marcar passo. Talvez porque um problema premente surgiu entretanto, o da dívida. Se os seus textos sobre o desenvolvimento são uma pleaia pela paz e pelo progresso, os seus textos sobre o problema da dívida são uma defesa da responsabilidade e de não aceitação do folclore terceiro-mundista dos que vivem abastadamente nos países desenvolvidos. E cito a passagem, "Os políticos no poder serviram-se das facilidades de crédito obtidas para dar aos seus povos a ilusão de que as suas políticas lhes estavam a proporcionar melhores níveis de vida .... Cabe agora aos políticos desses países, que foram tão hábeis em espalhar bem-estar, arrostar com as dificuldades de explicar aos seus governados que têm de contar em primeiro lugar com o seu esforço, o seu trabalho. Não podem esses políticos continuar a manipular os povos, explorando o seu nacionalismo". E eu ousou acrescentar, como é agradável ser solidário com o dinheiro dos outros. Como é inocente a ignorância de académicos que desconhecem o significado de risco moral. A sua análise do Plano Baker, que se dirigia fundamentalmente ao problema da dívida, é de uma clareza crítica espantosa, e o prognóstico teria de ser correcto: acabou por ter um lugar nos "arquivos das efemérides". Melhores resultados teve de facto o Plano Brady. Mas a falta de solidariedade dos abastados e das suas instituições internacionais, porque afinal são suas, continua a ser a sua preocupação.

Por várias vezes, para Portugal e para o mundo sub-desenvolvido chama a atenção para o problema da absorção de elevados fundos financeiros. Trata-se da existência de recursos humanos, ou de outra natureza, que são escassos e de capacidades institucionais. A primeira vez que o diz é em 1970. Esta ideia de social capability aparece também em Kasushi Ohkawa e Henry Rosovsky em 1973 e posteriormente em Abramovitz (1986 e 1993), a quem se atribui a formulação.

Em alguns dos seus textos dramatiza a situação da pobreza mundial. Lembremos que o World Development Report teve os seguintes títulos, em 1990, Pobreza, em 2001 Combate à Pobreza e o de 2002 Construindo Instituições Para os Mercados.

Chama-nos à atenção que um dos princípios que presidiu à Revolução Verde, iniciada em 1966-67, era o do desenvolvimento e investigação local de sementes agrícolas. Infelizmente essa alteração não se verificou, o controlo desses países sobre a sua produção é reduzido.

Preocupa-se com a necessidade das profundas transformações culturais e políticas exigidas pelo crescimento. E encarava frontalmente, em 1970, as questões demográficas e de controlo da natalidade.

No que respeita à ajuda externa ficamos impressionados com os seus comentários. Na Carta de Argel (1967), assim como em outras reuniões sobre desenvolvimento, referia-se que a percentagem de ajuda pudesse atingir 1% do PNB dos países desenvolvidos até final dos 60. Embora as Nações Unidas apontassem 1972 e o Relatório Pearson (1969) apenas 1975. O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE sancionava também 1%. Em 1988 apenas a Arábia Saudita e a Noruega atingiam valores superiores a 1% e a média dos países daquele Comité não chegava aos 0,4%. E pior, como já alertava, a ajuda era distribuída de acordo com os interesses estratégicos dosadores e sendo parte dela ligada acabava por implicar importações mais onerosas e projectos que dificilmente seriam os mais prioritários.

Jacinto Nunes foi um dos participantes activos na nossa política de desenvolvimento que será materializada nos Planos de Fomento. Em 1985 falará da nossa história económica, juntando dois autores como referência para a sua análise: Smith e Antero de Quental. Fala-nos do regime anterior à Revolução, "simbiose de capitalismo monopolóide com um capitalismo de Estado". Onde "umas tintas da doutrina social da Igreja prestaram serviços assinaláveis aos consumidores em geral". Uma agricultura tratada à moda fisiocrata, enaltecendo-se o ruralismo, e onde o peso político dos agricultores não tinha correspondência com o seu peso económico. O que os levou a irem vivendo sem preocupações com a produtividade. Elogia Duarte Pacheco e Ezequiel de Campos, que terá pregado no deserto, e chama-nos a atenção para o esquecimento a que foi votado Ferreira Dias. O crescimento industrial fez-se, mas "à sombra de duas árvores ruins: a protecção aduaneira e o condicionamento industrial". Já aliás, em 1968, ao referir-se ao "«processo» do condicionamento industrial", que afirmava não estar fechado, dizia claramente que os seus efeitos eram negativos, e que "tem sido fonte de entraves, de baixa produtividade e fraco desenvolvimento de muitos sectores e fonte de posições privilegiadas que oneram a nossa economia". É claro no artigo de 1985 uma certa amargura com o nosso rumo. Em praticamente todos os seus escritos nunca é pessimista. Mas que há revolta há. Sobre o que foi feito na educação não pode ser mais claro, "Um país atrasado economicamente que elimina o ensino técnico deve ter sido enlouquecido pelos Deuses". No entanto, desde a última década, não há economista do crescimento económico que não valorize o ensino secundário técnico. Mas somos lentos. Acrescento eu: deixámos o comboio descarrilar em Vila Franca e esperamos que modernizando a estação de Santarém ele volte aos carris. Falando do interesse individual, eleito princípio de comportamento, diz-nos "Uma coisa que se chama interesse nacional é algo vago". Permita-me dizer-lhe que não estou muito de acordo, o espírito de acção e serviço público passou a ter uma medida objectiva e "mede-se e pesa-se". São muitos os que estarão com Jacinto Nunes quando diz que as causas do atraso económico e cultural do país "não são propriamente económicas, mas culturais e sociais". A revolução deve começar todos os dias em cada um de nós, "desperdiçando o dia de hoje nunca mais o «reganhamos»". Escreverá mais tarde "que temos de ser optimistas: para as lágrimas há sempre tempo".

Jacinto Nunes nutre uma verdadeira paixão pela obra de Keynes. Mas, como já disse, a sua atitude está nos antípodas dos actos de fé, sendo antes um acto de espírito racionalista. O pensamento de Keynes é importante para todos "aqueles que consideram o conhecimento não como algo definitivo e acabado, mas sim busca incessante, renovar contínuo de pesquisa e de reinterpretação da realidade" (1977). Este génio da economia faleceu em 1946. Foi o seu primeiro falecimento. Voltaria a falecer, por vontade dos seus críticos, na primeira metade dos anos 60 e ainda na viragem dos 70 para os 80. Voltando a Keynes em 1993 lembra-nos que a famosa conferência de Lucas, no final dos setenta, "A Morte de Keynes", gerou reacções que reavivaram a modernidade de Keynes. Pode o indivíduo representativo, pela optimização do seu comportamento substituir a macroeconomia? Os novi-clássicos defendem esta tese. Como lembra Jacinto Nunes "o problema tem a sua origem na hipótese de base da microeconomia - o equilíbrio geral". Devemos a Clower (1965) a reinterpretação de Keynes em termos de grandezas virtuais e efectivas. Negar a macroeconomia é cair no campo exclusivo das grandezas virtuais, e a economia pela descentralização das decisões dos seus agentes baseadas na circulação de informação não gratuita e não instantânea sai das grandezas virtuais. Será como keynesiano que em 1988 lembrará que não é a citação de S. Paulo, feita pela Sra. Thatcher, "O que não trabalha não comerá", que deve monopolizar a nossa atenção, porque isso não responde ao problema "e aquele que quer trabalhar e não encontra emprego?".

A política de enquadramento do crédito, seguida entre nós durante mais de uma década, também encontra a sua justificação teórica em autores pós-keynesianos, como o expõe em 1989.

É em 1998 que publica o livro, O Pensamento de Keynes, que é uma obra de nível avançado, onde à paixão pelo keynesianismo alia a paixão pela metodologia. A metodologia mais comum ao economista é o positivismo. A análise de Keynes, do Tratado das Probabilidades, é um reforço na sua convicção de pluralismo metodológico. Ao terminar o seu Prefácio, que afinal foi lido, afirma que sendo o fim da metodologia o de promover a compreensão e a análise crítica, ela implica "um certo grau de pluralismo", indo assim na esteira de Caldwell. O conceito de incerteza e risco são discutidos. A reintrodução do problema moral na economia, por Keynes, e a sua reavaliação, levam a não aceitar a pretensa neutralidade ética dos economistas. O relacionamento da lógica observacional com a conceptual, e a pretensa independência da primeira face à segunda são consideradas. Não foi Keynes que revolucionou a nossa forma de ver e medir, insisto, medir o que se vê? Então é inegável, mesmo para os economistas mais distraídos, que as duas lógicas são siamesas. Aliás, no início de carreira não foi essa uma das suas preocupações, incentivar o uso de medidas para analisar e fazer políticas? O debate atomismo-organicismo é profundamente discutido. A frase que escolhe (de Rotheim) para terminar a sua exposição é esclarecedora, Keynes restaurou "o papel do indivíduo-decisor num universo interdependente, temporal e orgânico." Ainda no que respeita à incerteza, é interessante ver como a questão da ergocidade se impôs nos tempos correntes na própria econometria. O que o leva a afirmar como os

pressupostos da crítica de Lucas se encontravam em Keynes, mas tratados de forma radicalmente diferente, o indivíduo não só não sabe o que vai acontecer como está consciente que não sabe o que vai acontecer. Lembra-nos que é difícil perceber os conceitos de Keynes de política económica sem aceitar a "objectividade da bondade ética que defendia". Quando levanta a questão se Keynes é neoplatonista ou aristotélico, é interessante lembrarmo-nos do *How to Pay for the War*. A adopção da razoabilidade é a sua proposta aos sindicatos para que a acção da razão não lhes destrua salários e poupança.

Quiseram os acasos da nossa política que a estabilização iniciada em 1977 não tivesse a continuidade desejada e chegamos a 1983 com uma situação financeira mais grave do que a de 1977. Tenho para mim que a premunição não é coisa boa. Não porque retire o prazer, o gosto do inesperado, do espontâneo, mas porque nos fala dos nossos pecados. Em Outubro de 1985 escrevia Jacinto Nunes "o problema subsiste, tende a agravar-se e, mais tarde ou mais cedo, voltará ao primeiro plano das preocupações dos governantes". Referia-se ao défice orçamental. Quase 20 anos depois aqui temos de novo o problema. Que sendo económico, também é cultural. A civilização em que vivemos, em Portugal, não valoriza a parcimónia no uso do dinheiro dos contribuintes. Em nenhum manual de macroeconomia vemos a ilustração, como racional, do nosso comportamento orçamental, irresponsavelmente pró-cíclico. Pelo nosso comportamento damos razão a Hayek contra Keynes. O primeiro pode dizer: "Eu não falava da irresponsabilidade dos políticos? Qual inteligência e consciência de serviço público? Patranhas Keynesianas!"

Protestava Jacinto Nunes com o facto de o défice ser identificado com "instabilidade e com a indisciplina, a anarquia, o mau uso dos dinheiros públicos". Acreditam os cristãos que Lucifer se delicia com o pecado. Temem os economistas não clássicos, sejam velhos ou novos, que a ortodoxia orçamental se banqueteie com a irresponsabilidade e a anarquia na política orçamental. Por outro lado, os apertos em períodos recessivos geram a ansiedade para gastos mais folgados e vindo a retoma, é difícil sustentar o acréscimo das despesas públicas. E lá voltamos ao mesmo ... Mas não eram apenas os défices elevados que os preocupavam, é que "por óbvias razões políticas, o défice orçamental é sempre minimizado", pelo que na parte final do ano temos "sempre um orçamento suplementar que vem corrigir as estimativas inicialmente feitas", "há sempre «buracos a tapar»"; e também "o resultado a posteriori da gerência orçamental é sempre muito superior à previsão orçamental".

Jacinto Nunes defendeu e apoiou, académica e profissionalmente, a nossa integração europeia, parte integrante do nosso processo de desenvolvimento. É no presente e no futuro que devemos reconhecer o mérito dos que, mais que outros, permitiram que ele fosse construído. Como aliás, o fez ao falar de Vitor Constâncio como um dos obreiros do nosso processo de integração. Que mais poderão ter em comum? Lembrando o papel de Governadores do Banco de Portugal, poderíamos citar Jacinto Nunes dizendo que têm "a dignidade de um arcebispo, o sorriso de uma

estrela de cinema e a pele de um elefante". Em 1980, Jacinto Nunes na sua tomada de posse como Governador do Banco de Portugal, pela segunda vez, falava em independência do Banco com espírito de colaboração para com o Governo e Vitor Constâncio em 1985, ao suceder a Jacinto Nunes, fala em competência e um certo grau de independência. A transição de um Banco, cuja independência apenas dependia da personalidade do seu Governador, para um Banco Central institucionalmente independente foi feita sem sobressaltos. À excepção da proibição do uso dos descobertos por parte do Governo, de que a população ficou informada, apenas os académicos e os intervenientes nos mercados financeiros se deram conta da profunda diferença institucional que se verificou. Tratou-se de facto de uma verdadeira revolução pacífica.

A lição de jubileu, no ISEG, em 1996, marca uma nova fase na sua carreira: o da investigação das metodologias científicas na sua aplicação à economia. Este seu estudo e o que brevemente será publicado nos Estudos em Homenagem a Teixeira Ribeiro são fundamentais aos economistas. Como se constrói o conhecimento económico? Nos anos 50, Milton Friedman procurou apresentar aos economistas o que afinal correspondia aos critérios que em geral seguiam nas suas análises, o instrumentalismo. Em 80 foi a vez de Blaug, um popperiano. Mas o interesse pela metodologia ficou sempre bastante arredado dos interesses dos economistas e a obra do primeiro foi mais marcante que a do segundo. Foi Jacinto Nunes quem trouxe para Portugal a importância desta matéria. Existe uma lacuna óbvia entre os estudos de metodologia económica e a prática dos economistas. Como podem os economistas alhearem-se dos alicerces das suas próprias construções? O seu estudo, de 2000, sobre as práticas ultra-dedutivistas e ultra-empiristas, em economia, não pode ser ignorado pelos que fazem investigação em economia. Mas de facto, os economistas não prestam muita atenção às questões metodológicas. E não se vê razão para tal: não foi a economia que levou o próprio Popper a avançar com a análise situacionista, que seria assim a excepção ao seu princípio de demarcação?

Atribui bastante importância ao problema da comunicação em economia. A comunicação com o público; dos economistas académicos com os profissionais; entre economistas académicos; e entre metodologistas da economia e economistas. Embora a coloque no fim, as relações metodologistas-economistas são essenciais para um diálogo entre todos. Terá sido na econometria o trabalho metodológico mais sucedido. E citando Meyer, para quem muito do trabalho económico é "como guiar um Mercedes atrás de um carro de bois", sentimos as dificuldades do diálogo, para além da natureza "altamente prescritiva e consequentemente fundacionista" desta disciplina.

No seu texto de 1996, entre Blaug e Caldwell as suas preferências vão para o último. Caldwell propôs um pluralismo metodológico, que nada deve à ideia do "tudo à molhada". As suas preferências vão afinal para a aceitação de um pluralismo metodológico. "O facciosismo e a intolerância na economia e principalmente na metodologia não são aconselháveis, até porque muitas vezes conduzem à persistência do erro. E o progresso científico consiste

precisamente na correcção progressiva dos erros". Posição esta, que é reforçada no estudo de 2002.

Tenho perfeita consciência que a obra académica e profissional de Jacinto Nunes e o relato do seu espírito de cidadania, não couberam neste simples elogio. Quando lemos os seus textos, o ego do economista aumenta, perigosamente, porque podemos cair naquilo que designou por complexo de superioridade da economia - que afinal já existia em Horta Osório, a quem mais de uma vez prestou homenagem como vulto maior da nossa história do pensamento económico. Richard Feynman disse uma vez, com a frontalidade que o caracterizava, que lamentava todos os que não sabiam matemática porque essa falha impedia-os de apreciar devidamente a beleza da natureza. O complexo de superioridade, que acima referi, levar-nos-á quase inevitavelmente a lamentar os que não sabem economia porque não poderão apreciar a beleza, mas também as misérias, da sociedade em que vivemos. É característica dos grandes homens o optimismo na capacidade colectiva de imaginar soluções para os nossos problemas, por mais graves que estes sejam. Assim acontece com Jacinto Nunes. A sua frase como Vice-primeiro-ministro, em 1978, é um retrato do homem "Não seremos vencidos se não perdermos a vontade de vencer".

Jacinto Nunes desempenhou também um importante papel nas relações das nossas instituições com a comunidade financeira internacional, sobretudo pública, mas também privada, em toda a segunda metade do Século XX. Em poucos textos nos fala desse seu relacionamento. A sua presença em negociações com o Fundo Monetário Internacional, ou o Banco Mundial, foi sempre um sinal de credibilidade de que o país muito beneficiou. A sua influência no BIS (Banco de Pagamentos Internacionais) quantas vezes nos aliviou de problemas de liquidez? Trata-se pois de alguém a quem o país muito deve e que orgulha a modesta condição de académico. A melhor forma de lhe mostrar o nosso reconhecimento é não esquecermos a nossa história económica e financeira, e falarmos dos seus intervenientes aos nossos jovens, porque a história, embora por vezes não pareça, faz-se com homens.

Solicito-lhe, Magnífico Reitor, que vos digneis conceder a Manuel Jacinto Nunes as insígnias do grau de Doutor pela Faculdade de Economia.